

POR QUE A QUESTÃO ECOLÓGICA É TÃO IMPORTANTE HOJE?¹

Hoje a importância da questão ecológica é afirmada em todos os lugares: sentimos no nosso dia a dia, ouvimos na imprensa, estudamos e discutimos nas escolas. Mudanças climáticas, crise hídrica, agrotóxicos, erosão genética... são muitos nomes e conceitos, e que aparecem inclusive no discurso da burguesia. Nosso objetivo com esse texto é termos uma leitura nossa, popular, tendo como base a luta de classes, de onde parte qualquer análise de conjuntura nossa.

Quando estamos falando da questão ecológica, estamos falando de **como as relações sociais (a organização de classes numa determinada sociedade) e as forças produtivas de um determinado período interagem com a natureza externa ao ser humano**. Estamos falando de uma relação histórica entre coletivos humanos e meio ambiente, onde nós produzimos nossa existência transformando o mundo, mas também nos transformamos.

Por exemplo, ao longo de centenas de milhares de anos, nossos ancestrais foram modificando a natureza para responderem às suas necessidades: alimentação, moradia, roupas, espiritualidade etc. Sempre essa modificação da natureza se deu por meio do **trabalho**. Uma vez tendo uma necessidade (a fome, por exemplo) o ser humano conseguia elaborar em sua mente uma forma de encontrar o alimento e, ao executar essa ação, era capaz de refletir sobre ela e criar novas – e melhores – formas de resolver essa necessidade. Assim, foi por meio do trabalho que o ser humano se desenvolveu e também transformou a natureza ao seu redor.

A partir do momento em que surgiram as classes, essa relação entre ser humano e natureza teve grandes alterações. As classes dominantes passaram a se apropriar do que as classes subalternas produziam. Com isso, a intervenção na natureza deixou de ser para resolver necessidades imediatas de quem trabalhava. Além de produzir para atender suas necessidades, as classes subalternas também tinham que produzir para atender as necessidades das elites, que, por não produzirem nada, tinham necessidades crescentes e cada vez mais desconectadas da vida comum (como altos padrões de luxo e extravagância). Isso gerou uma crescente exploração da natureza.

Com a era do capital industrial as contradições se aprofundam brutalmente. Por séculos os povos em todo o mundo produziram sua existência em territórios bem definidos. Plantavam muitas espécies diferentes e criavam

^{1 1} O texto faz parte do *Caderno de Agroecologia nº 02 – Por Reforma Agrária Popular, Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis*, organizado pelo Coletivo do Plano Nacional, Setor de Produção, Setor de Educação, Setor de Formação, Coletivo de Cultura do MST e lançado em setembro de 2022. O Caderno completo está disponível no link: <https://mst.org.br/especiais/plantar-arvores-produzir-alimentos-saudaveis/#materiais>

animais de diversas espécies e inúmeras raças. Tinham suas vidas nesse território, mantendo inclusive um ciclo de fertilidade daquele território. Em poucas décadas esse ciclo de fertilidade não mais existia. A agricultura foi separada da pecuária e cada uma foi transformada em monoculturas produtoras para a indústria.

Karl Marx e Friederich Engels identificaram esse fenômeno e o chamaram de **Ruptura Metabólica**. Essa subordinação da agricultura à indústria produziu um fluxo constante de pessoas e bens naturais para as cidades, o que gerou uma ruptura, uma quebra no ciclo da fertilidade dos territórios. A consequência veio rápido: nas cidades, uma poluição das águas, do ar e dos solos de proporções gigantescas. No campo, profundas crises de fertilidade dos solos agrícolas e destruição das florestas.

Ao mesmo tempo, milhões de camponeses se transformaram em proletários, ou seja, trabalhadores sem quaisquer meios de produção. Sem meios de produção, nós vamos nos tornando alienados da nossa capacidade como seres produtores da vida. E, desterrados do campo, também nos tornamos alienados sobre nossa relação com a natureza.

A soma de ruptura metabólica com a alienação ser humano/natureza gera uma sociedade com graves problemas ecológicos. Assim, a sociedade que tem como base o modo de produção capitalista é incapaz de resolver esses problemas. Portanto, não é responsabilidade de toda a humanidade a crise ecológica, mas sim responsabilidade de como o modo capitalista de produção organiza essa sociedade e sua relação com a natureza.

Ao longo do século XX um novo salto nas contradições ambientais ocorreu, principalmente após as duas grandes guerras mundiais, na fase monopolista e imperialista do capitalismo. A exploração de petróleo, a revolução verde, a revolução tecnológica demandando minérios, a obsolescência programada (os produtos já saem de fábrica com tempo de duração curto) e o complexo militar-industrial geraram imensos impactos ambientais. É o que ficou conhecido como forças destrutivas do capital. Ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas do capital diminuem sistematicamente sua capacidade civilizatória e imprimem crescente destruição à vida (humana e de toda natureza).

No século XXI entramos na fase mais atual das contradições ambientais, com a consolidação da **hegemonia do capital financeiro** e suas formas de expansão mundial (globalização e neoliberalismo). Essa fase encontra uma escala destrutiva incomparável com as anteriores, pois além de ampliar o ritmo e a intensidade de exploração da natureza (e dos seres humanos) também alcançou todas as regiões do mundo.

A destruição de florestas tropicais para sua conversão em áreas do agronegócio foi da ordem de 26 milhões de hectares por ano desde 2010, em todo o mundo.

E essas áreas se somam àquelas já exploradas pelo capital. Somente no Brasil cerca de 210 milhões de hectares foram envenenados com mais de 600 mil toneladas de agrotóxicos em 2021. A exploração de petróleo chegou a 100 milhões de barris por dia em 2018, um número inédito em toda a história. A mineração avança sobre a América Latina, África e Ásia, assim como grandes empreendimentos de energia. Cerca de 1,4 bilhões de toneladas de resíduos sólidos todos os anos são gerados, e somente em descarte de plástico devemos chegar em 2030 a 550 milhões de toneladas/ano.

Estudos mostram que em 2050 cerca de 4,45 bilhões de pessoas poderão ter problemas com a qualidade da água, enquanto 5 bilhões sofrerão uma diminuição significativa no rendimento dos cultivos agrícolas devido a deficiência de polinização. As áreas mais afetadas estão na África e na Ásia. Até 2,5 bilhões de pessoas do leste e sul da Ásia e 1,1 bilhão da África sofrerão as consequências da perda da qualidade de água. As perdas das barreiras naturais impactarão mais fortemente o sul e norte da Ásia. Já a queda da polinização afetará principalmente o sudeste asiático e África, mas também deverá ter impactos na Europa e América Latina, sendo que nesses últimos afetará 900 milhões de pessoas. Impactos dessa escala aumentarão progressivamente a expulsão das famílias de seus territórios e, conseqüentemente, os fluxos migratórios.

Adiciona-se a este cenário terrível as mudanças climáticas. Segundo último relatório do IPCC, já chegamos ao aumento médio de 1° acima dos níveis pré-industriais e é provável que chegue a 1,5° entre 2030 e 2052.

A pandemia da COVID-19 é um dramático, mas importante, exemplo das consequências diretas de todo esse contexto de crise ambiental. As origens das pandemias recentes e os motivos de suas escalas de impacto cada vez maior são produtos do avanço da exploração capitalista. De forma resumida, podemos elencar o “caminho” da pandemia nos seguintes pontos:

- a. O avanço da destruição de ecossistemas conservados para conversão, por exemplo, em agronegócio ou mineração, libera múltiplos micro-organismos com potencial patogênico, que estavam em equilíbrio dinâmico em seus sistemas de origem;
- b. A produção animal de grande escala, em confinamentos, produz uma pressão de seleção genética brutal, pois são ambientes tratados constantemente com grande quantidade de fármacos. Portanto, são como fábricas de superpatógenos – de antigas ou novas doenças;
- c. A transformação do alimento em mercadoria produz hoje um nível de alimentação humana extremamente rebaixado, onde a comida é: i) ultra processada; ii) modificada geneticamente; iii) carregada de agrotóxicos, fármacos, conservantes e aditivos químicos; iv) restrita a menos de uma dezena de culturas de origem, principalmente soja, milho, arroz e batata. Isso gera um

processo de imunodepressão generalizada, que, somada à grande aglomeração humana em poucas cidades, nos torna totalmente suscetíveis a esses superpatógenos e potencializa a rápida proliferação das doenças.

A classe trabalhadora, a questão ambiental e a perspectiva popular para o mundo

Quem sente as contradições da questão ambiental é a **classe trabalhadora**. As elites têm construído mecanismos que a protegem ou reduzem os efeitos da destruição ambiental sobre seus corpos e territórios. Por exemplo, a crise hídrica já é uma realidade para a maioria das famílias que moram nas periferias das metrópoles do sul. As doenças relacionadas aos agrotóxicos e à poluição atmosférica transformaram-se em epidemias de câncer, de doenças respiratórias e relacionadas a transtornos mentais que impactam fundamentalmente a classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, há uma crescente criatividade popular no enfrentamento dos problemas ambientais, desde recuperação de nascentes e beiras de rios, hortas comunitárias, praças com pequenos pomares, até as crescentes cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Diversos instrumentos da elite e de setores médios da sociedade disputam essas iniciativas, buscando introduzir os conceitos liberais (protagonismo individual e mediação pelo mercado) e uma ideologia de que a questão ambiental é responsabilidade de todos, sem distinção de classe. Usam instrumentos sofisticados de educação ambiental e marketing; No campo, os interesses dessa elite “esverdeada” atuam principalmente com dois focos. O primeiro é o preservacionista, ou seja, aquela que defende a criação de áreas protegidas sem a presença de grupos humanos - ou seja, desprestigiando políticas como a criação de assentamentos sustentáveis e unidades de conservação de uso sustentável. A segunda apresenta os mecanismos de mercado como forma de preservar áreas, impondo aos territórios e aos estados uma série de regras construídas por organizações não-governamentais (ONGs) transnacionais a partir de instrumentos como “mercado de carbono”, “soluções baseadas na natureza” e “economia verde”.

Portanto, para que uma **perspectiva popular da questão ambiental** se consolide, é fundamental termos clareza sobre quais são nossos pilares nesse tema. Seja para enfrentar esse avanço das iniciativas da elite “esverdeada”, seja para massificarmos essa leitura popular, nossa tarefa é compreender esses pilares.

A propriedade privada é, por essência, adversária das dinâmicas ecológicas. Os interesses privados são incompatíveis com os interesses coletivos e também

com a complexidade das dinâmicas ecológicas, que extrapolam os marcos privados, mesmo que sejam imensos latifúndios.

Assim, é central a **defesa dos territórios sob controle dos povos**, sejam esses indígenas, quilombolas, camponeses tradicionais e assentados da reforma agrária. Já está amplamente comprovado que são nesses territórios onde são cuidados os bens comuns. Por exemplo, nos últimos 35 anos apenas 1,6% da perda de florestas ocorreu em terras indígenas - e mesmo essa pequena porcentagem ocorreu por invasões do agronegócio e da mineração.

Devemos entender que a defesa desses territórios significa a manutenção do que já foi conquistado, mas principalmente a realização da reforma agrária e uma efetiva política de regularização fundiária para esses povos.

Devemos também reafirmar que natureza viva e conservada só é possível onde existe o trabalho humano emancipado. Não é por meio de pagamentos externos, como mercado de carbono, pois esses transformam a natureza em mais uma mercadoria, que passa a ter valor definido pelas bolsas de valores “verdes”.

Portanto, é o trabalho emancipado que reconstrói o metabolismo socioecológico, que produz conservação ambiental. As bases científicas desse trabalho estão na **agroecologia**! A agroecologia é a transformação da natureza de acordo com as necessidades reais do povo, a partir de processos coletivos. É ela quem garante a produção de alimentos saudáveis ao mesmo tempo em que cuida da natureza, pois as dinâmicas ecológicas são aliadas. Quanto mais vida, como nos ensinou Ana Primavesi, maior a fertilidade do sistema e mais saudáveis são nossas culturas animais e vegetais.

A **soberania alimentar** é outro pilar dessa perspectiva popular da questão ambiental. O alimento é o elo historicamente central na relação ser humano e natureza. Devemos lutar pela criação das condições subjetivas e objetivas, para que as massas trabalhadoras tenham alimento sadio em suas casas.

Assim também é com a **defesa dos bens comuns**. A cidade é ecologicamente dependente do campo, pois é de onde vêm as águas, os alimentos e a partir de onde parte das mudanças climáticas são geradas. Anunciar que os povos do campo conservam as águas, o solo, a biodiversidade e reconectar as massas trabalhadoras com essa conservação é decisivo para uma ação classista sobre a questão ambiental.

Só é possível trabalhar todos esses pilares se temos o entendimento de que uma **nova práxis socioecológica só é possível com novas relações humanas**. Uma leitura de classes sobre a questão ambiental só é possível se for feminista e antirracista. Não se trata de definir o que vem primeiro, mas sim de compreender que sem enfrentarmos a tríade capitalismo - patriarcado - racismo não conseguiremos desenvolver um projeto popular emancipatório para nosso país, no qual a questão ambiental tem essa crescente importância.